

BOLETIM NEAAPE

v.02 n.02 - ago. 2018



BOLETIM NEAAPE

ISSN 2594-6935

O Boletim NEAAPE divulga análises sobre o processo decisório de política externa de distintos países, bem como sobre temas que integram as agendas de política exterior. A publicação tem periodicidade quadrimestral e é composta por editorial e textos dirigidos a leitores interessados em ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Conselho Editorial

Leticia Pinheiro

Maria Regina Soares de Lima

Editora Executiva

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Editor Adjunto

Edgar Andrés Londoño Niño

Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão

Edgar Andrés Londoño Niño

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Juliana Pinto Lemos da Silva

Leandro Wolpert dos Santos

Leonardo Albarello Weber

Livia Liria Avelhan

Luã Braga de Oliveira

Núcleo de Estudos Atores e Agendas de Política Externa

neaape.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Univesidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
CEP: 22260-100
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

SUMÁRIO

4

EDITORIAL

Leticia Pinheiro

7

Disputa eleitoral e inserção internacional: a agenda externa dos presidentes eleitos da Colômbia e do Paraguai

Edgar Andrés Londoño Niño

16

O dragão se volta para o mundo: a política externa chinesa do século XXI

Juliana Pinto

23

Quis Custodiet Ipsos Custodes? Novas tensões entre o controle civil e a autonomia militar nas estruturas de Defesa e Inteligência

Luã Braga de Oliveira



Editorial

“Mas o senhor já combinou tudo isso com os russos?” [1]

Leticia Pinheiro

Coordenadora
Neape

4

Além de outras tantas evidências, as eleições presidenciais de 2018 nos mostraram a nova dimensão que a política externa pode assumir em disputas desta natureza. Diversas gerações de brasileiros nunca haviam testemunhado um pleito como este, em que cada lado da disputa foi movido por propostas e declarações que não poderiam ser mais díspares entre si em praticamente todas as políticas públicas. É verdade que desde o fim do regime autoritário no país e o início da redemocratização, as disputas entre os/as principais candidatos/as à presidência da República e, em particular, entre os/as mais votados/as que chegaram ao segundo turno, giraram em torno de projetos distintos: um embalado por preceitos neo-liberais, com variados graus de conservadorismo; outro, amparado por viés mais estatizante e de corte progressista. Na política externa, um lado mais alinhado aos países desenvolvidos do Norte; e outro optando pelo estreitamento de relações com países em desenvolvimento do Sul geopolítico. Diferenças mais acentuadas expressas ao longo do primeiro turno iam por fim sendo deixadas de lado, ou ao menos matizadas, em função de novas coalizões com vistas à vitória no turno decisivo.

Em 2018 entramos em outro diapasão.

As diferenças de projeto no que tange à política econômica permaneceram, embora tenham se acirrado sobremaneira. Já a direção e as prioridades defendidas no campo da política externa, apontaram, desde o início, para uma cisão que chegou a surpreender por sua profundidade. Não mais uma disputa de posições em que, ao fim e ao cabo, ambos os lados reiteravam a chamada busca de autonomia, mesmo que o sentido deste conceito fosse questionável em alguns casos. O que se viu neste pleito foi, de um lado, a defesa da integração

[1] Esta pergunta teria sido formulada pelo jogador de futebol Mané Garrincha ao treinador Vicente Feola quando este, na preparação de importante partida contra o time da União Soviética por ocasião da Copa de 1958, traçou uma jogada muito complicada mostrando como o time brasileiro marcaria seus gols. Após escutar a explanação, Garrincha teria perguntado: “Tá legal, seu Feola ... mas o senhor já combinou tudo isso com os russos?”.

regional, da Cooperação Sul-Sul, do multilateralismo e da multipolaridade. De outro, não somente a defesa por maior aproximação aos países desenvolvidos do Norte, mas, principalmente, o estreitamento de relações com o centro hegemônico chegando a um nível acentuado de submissão aos interesses deste mesmo centro. Além disso, críticas a uma alegada ideologização na definição das parcerias e projetos internacionais em detrimento dos interesses nacionais do país. Uma visão sobre o internacional ancorada no conflito em detrimento da cooperação, um *revival* de comportamentos típicos dos tempos da Guerra Fria que há muito deveriam ter caducado.

Mas o mais impactante foi que, desta vez, as diferenças vieram acompanhadas de reprováveis declarações, por parte de um dos candidatos e de seu vice – hoje presidente e vice-presidente eleitos. Não bastou serem neoliberais, foi preciso serem neoliberais de extrema direita, hostis a todo o tipo de diversidade, intolerantes no que tange a valores, costumes, culturas e comportamentos distintos, discriminatórios no que se refere a algumas nacionalidades e regiões.

Se se confirmarem as promessas de campanha e as recentes afirmações do candidato eleito, ninguém poderá acusá-lo de estelionato eleitoral, ainda que dentre seus eleitores muitos insistissem em dizer que algumas de suas declarações eram apenas bravatas de campanha. Afinal, é durante o processo eleitoral que se aponta tendências, inclinações, diretrizes de governo.

Em vista deste cenário, somos levados a perguntar: Será que ainda se pode afirmar que *“Política Externa não dá votos?”* O processo eleitoral recentemente encerrado no Brasil parece sugerir que esta máxima não mais se aplica. O candidato da extrema direita soube associar, mesmo que de forma tosca e enviesada, as dificuldades políticas e principalmente econômicas do país à determinadas opções de política externa implementadas por governos anteriores, tais como a cooperação com países do Sul geopolítico, o relacionamento com governos de esquerda, os investimentos em infraestrutura em países sul-americanos apoiados pelo BNDES.

Pois bem, o que ainda está por vir são, justamente, as consequências de parte das promessas, ameaças e planos de agenda internacional do novo dirigente. Afinal, ao contrário de outras políticas públicas, as respostas às iniciativas de política externa de um país não dependem tão somente de sua vontade, mas também – e talvez principalmente – da sua recepção no plano internacional, por sua vez caracterizado por elevados níveis de incerteza. E é justo por causa disto que a execução da política externa requer *expertise* e cautela. Assim sendo, contar como certa a cooperação, compreensão ou aquiescência do outro lado é, para dizer o mínimo, um comportamento *naïve* e amador. A título de exemplo e lembrando que a China é hoje o maior mercado para as exportações brasileiras e que o Brasil possui elevado superávit na balança comercial com os países árabes, gostaria de mencionar as críticas do presidente eleito às nossas relações comerciais com Beijing e o prenúncio de um estreitamento de relações com Israel, ilustrado pela sua promessa de transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, tudo isto em nome da alegada certeza do presidente eleito

de que daí colheremos melhores frutos e oportunidades para o país. Parafraseando o saudoso Garrincha, poderíamos então perguntar: “Tá legal, ... mas o senhor já combinou tudo isso com os *chineses e os árabes?*”

Neste número do Boletim NEAAPE, a agenda de política externa é analisada por Andres Londoño em seu artigo sobre as eleições presidenciais na Colômbia e no Paraguai, ao examinar os programas de governo e as primeiras viagens internacionais dos candidatos finalmente eleitos. Já Juliana Pinto, nos oferece uma reflexão sobre as diferentes ferramentas diplomáticas utilizadas pela China em sua busca por firmar-se como uma das principais peças do tabuleiro internacional. Por fim, Luã Braga analisa o dilema entre controle civil e autonomia militar nas estruturas de segurança e defesa do Brasil de hoje, tema de indiscutível importância para também se pensar a política externa do governo que se iniciará a partir de 1º de janeiro de 2019.

Novembro de 2018.



Disputa eleitoral e inserção internacional: a agenda externa dos presidentes eleitos da Colômbia e do Paraguai

**Edgar Andrés
Londoño Niño**

*Pesquisador
NEAAPE*

Introdução

A política externa não tem sido uma questão central nos processos eleitorais da América Latina, diferentemente do que acontece em outros países, como os Estados Unidos^[1] e alguns países da Europa. No entanto, desde as primeiras décadas deste século, os temas internacionais têm recebido mais atenção nas eleições de vários países latino-americanos^[2].

Tem sido cada vez mais comum que, durante a campanha eleitoral, muitos candidatos presidenciais tenham uma ativa agenda externa, incluindo reuniões com mandatários e líderes de outros países, assim como com dirigentes de instituições públicas e privadas estrangeiras e de organismos internacionais. Após a confirmação dos resultados eleitorais, a expectativa é de que essa agenda se intensifique, dado que o presidente eleito teria entrado em contato com esses atores internacionais para estabelecer agendas de política externa, assim como novas parcerias comerciais e de cooperação bilateral e multilateral. Destaca-se que as visitas internacionais costumam ser um indicador das áreas geográficas de interesse na política externa de um governo.

Como aponta Rojas, a instabilidade dos atores envolvidos e os altos níveis de incerteza que caracterizam os cenários internacionais fazem com que, na atualidade, a política externa seja

[1] Onuki, Janina; Oliveira, Amâncio. Eleições, política externa e integração regional. *Revista de Sociologia e Política*, n. 27, nov., 2006, p. 145-155.

[2] Tal como apontam Onuki e Oliveira (op. cit.) e Belém Lopes e Pimenta de Faria. Belém Lopes, Dawisson; Pimenta de Faria, Carlos A. Eleições presidenciais e política externa brasileira'. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v.2, n.2, 2014, p.139-147.

um dos campos nos quais exista uma maior distância entre os propósitos iniciais e os logros finais de cada governo^[3]. Mesmo com essa alta probabilidade de mudança na política externa, a análise da agenda internacional dos presidentes eleitos pode ser um indicador das orientações dessa política em seus governos e das suas prioridades no nível internacional, pelo menos durante os primeiros anos.

Este artigo tem como objetivo analisar a agenda externa de Iván Duque e de Mario Abdo Benítez, presidentes eleitos da Colômbia e do Paraguai, respectivamente, a partir do momento em que receberam os resultados eleitorais e até a posse presidencial. Porém, é importante assinalar que Abdo Benítez teve 3 meses e 22 dias como presidente eleito, dado que no Paraguai não existe segundo turno eleitoral, enquanto Iván Duque teve apenas 1 mês e 19 dias entre a comunicação dos resultados eleitorais e a tomada de posse como presidente em exercício. Por isso mesmo, também são levadas em conta as propostas e declarações relacionadas com a política externa de seus países feitas por eles ainda como candidatos à presidência.

Mario Abdo Benítez: entre os sócios tradicionais e a busca pela diversificação de parcerias e de agendas

As eleições no Paraguai ocorreram em 22 de abril de 2018 e deram vitória ao candidato conservador Mario Abdo Benítez do Partido Colorado, também chamado Associação Nacional

Republicana (ANR), com 46,42% dos votos.

Formado nos Estados Unidos, o empresário Abdo Benítez, filho do secretário particular do ditador Alfredo Stroessner, iniciou sua vida política em 2005, quando foi eleito senador e tornou-se dirigente da ANR. Ainda que pertencendo ao mesmo partido do ex-presidente Horacio Cartes, Abdo Benítez se opôs a várias iniciativas desse governo no Congresso, mas depois de ganhar a consulta interna do Partido Colorado, obteve o apoio de Cartes.

No programa de governo, Abdo Benítez fez pouquíssimas referências a questões relacionadas à política externa. Muitas de suas propostas estavam focadas na área de segurança, evidenciando um entendimento coercitivo das fronteiras por reduzir as problemáticas dessas regiões ao plano militar. Porém, desde o dia 22 de abril até a sua posse, no dia 15 de agosto, Abdo Benítez teve uma intensa agenda externa, o que nos ajuda a presumir algumas prioridades de seu governo no âmbito internacional.

Uma primeira questão é a relação com os dois grandes vizinhos do Paraguai: a Argentina e o Brasil. No programa de governo, Abdo Benítez assinala que irá renegociar o tratado de Itaipu e revisar a ata de entendimento de Yacyretá^[4] para favorecer os interesses do Paraguai. Desse modo, presume-se que se dará continuidade a uma atitude mais proativa na política externa paraguaia, tal como a

[3] Rojas, Diana. Política exterior: el balance de Santos y los retos de Duque. Razón Pública, 2018.

[4] Abdo Benítez, Mario. Programa de Gobierno, 2018. Disponível em: <<https://maritoabdo.com/propuestas/>>. Acesso em: 28/10/2018.

que se iniciou com os governos de Nicanor Duarte e Fernando Lugo^[5] e que tem se manifestado na defesa dos interesses paraguaios nas negociações de projetos binacionais com os países vizinhos, por um lado, e na procura de um papel mais forte dentro do Mercosul, pelo outro. A defesa dos interesses paraguaios nesses dois âmbitos têm gerado certa preocupação por parte de atores domésticos, como partidos políticos e legisladores, meios de comunicação e sociedade.

É importante assinalar que a importância dada ao Brasil e à Argentina, pode ser explicada, segundo Rolon, pelo fato do Paraguai ser um Estado-tampão entre esses dois grandes e poderosos países, somado ao fato desse país não ter saída para o mar. Isto faria com que a relação do Paraguai com esses dois países tenha sempre sido fundamental, mesmo com variações de governo a governo^[6].

O Brasil foi o primeiro destino de Abdo Benítez como presidente eleito do Paraguai, fato que ele mesmo destacou durante esta visita. Em reunião com o presidente Michel Temer, Abdo Benítez destacou a falta de infraestrutura nas regiões de fronteira e propôs a construção de quatro pontes entre os dois países,

[5] Abente, Diego. Algunos rasgos de la política exterior del Paraguay. 1954-2014. In: Abente, Diego (org). Política Exterior Brasileña: Oportunidades y obstáculos para el Paraguay. Asunción: CADEP, 2017.

[6] Rolon, José Aparecido. Paraguai: Transição democrática e política externa. Tese de doutorado, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

o que daria maior dinamismo ao comércio bilateral. Evidencia-se, então, que a infraestrutura terá um maior peso na agenda externa com os países vizinhos. Além disso, outro tema presente em dita reunião foi a luta contra o crime organizado transnacional^[7], um assunto que tem dominado a agenda bilateral por causa da fronteira comum.

Na reunião com o presidente argentino, Mauricio Macri, os dois presidentes trataram de temas relacionados à segurança binacional, especialmente o combate ao crime transnacional na fronteira comum, e da primeira reunião de ministros e governadores de fronteira. Também foi discutida a integração energética entre os dois países^[8], outro tema que aparecem com destaque na agenda externa de Abdo Benítez com seus vizinhos.

Observa-se também que Abdo Benítez tem dado importância a outros países da região, pois se reuniu com vários mandatários sul-americanos. No Chile, com Sebastián Piñera, acordou impulsionar a cooperação energética, fortalecer o comércio e a cooperação entre ambos os países. Além disso, tratou do avanço do corredor bioceânico,

[7] EFE. Abdo Benítez propone construir cuatro nuevos puentes entre Brasil y Paraguay. 11/06/2018. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/america/politica/abdo-benitez-propone-construir-cuatro-nuevos-puentes-entre-brasil-y-paraguay/20000035-3645708>>. Acesso em: 13/08/2018

[8] Última Hora. Macri mantiene reunión con Marito en Buenos Aires. 12/06/2018. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/macri-mantiene-reunion-marito-buenos-aires-n1152317.html>>. Acesso em: 01/08/2018.

tema que também discutiu com o presidente boliviano, Evo Morales. Em visita à Bolívia, Abdo Benítez tratou da compra de gás boliviano pelo Paraguai e os mandatários anunciaram o começo de um novo ciclo de integração entre os dois países, apoiado no desenvolvimento energético e na infraestrutura. Do mesmo modo, o presidente paraguaio anunciou que apoiaria o pleno ingresso da Bolívia no Mercosul. Isto parece anunciar um aprofundamento das relações com a Bolívia, que já havia demonstrado avanço nos dois governos anteriores.

Já com o presidente uruguaio, Benítez analisou a situação do Mercosul e as prioridades que terá o bloco nos próximos meses. Como candidato, tinha anunciado a necessidade de abrir o Mercosul a outros países do mundo, coincidindo com a iniciativa impulsionada pelo governo uruguaio de Tabaré Vázquez de avançar um acordo do bloco com a China^[9]. Desse modo, a convergência de interesses entre os dois menores países do Mercosul faz com que tenham uma atitude mais proativa dentro do bloco.

A respeito da integração regional, Abdo Benítez tem dito que a integração sul-americana está calcada na ideologia, em consonância com a crítica de outros mandatários mais à direita do espectro ideológico aos processos regionais impulsionados

[9] Presidência do Uruguai. Paraguay será un aliado de Uruguay en las negociaciones del Mercosur con China y la Unión Europea. Montevideo. 02/07/2018. Disponível em: <<https://www.presidencia.gub.uy/comunicacion/comunicacionnoticias/visita-presidente-electo-paraguay-vazquez>>. Acesso em: 10/08/2018.

pelos governos progressistas da região. Em seu discurso de posse, Abdo Benítez assinalou que as fronteiras não poderiam seguir sendo espaços de ação de organizações criminosas, mas sim de integração. Disse também que o Paraguai procurará fomentar a integração regional e expressou sua preocupação pela situação da Venezuela e da Nicarágua^[10]. Assim sendo, percebe-se que o novo presidente paraguaio expressa preocupação com a integração regional, entendida principalmente pelo aspecto comercial, mesmo que ele tenha sublinhado a importância de avançar na infraestrutura com os países vizinhos e na cooperação energética.

Um terceiro assunto a ser levado em conta é a relação com os Estados Unidos (EUA). Nesse país, Abdo Benítez visitou militares paraguaios treinados pelo exército estadunidense^[11], o que gera a expectativa de continuidade na cooperação com os EUA em matéria de defesa. Cabe assinalar que a agenda de Abdo Benítez nos EUA também esteve voltada para o tema comercial, pois visitou o Secretário de Tesouro deste país e se reuniu com dirigentes do Fundo Monetário Internacional

[10] EFE. Abdo Benítez promete un golpe de timón en Paraguay al asumir la Presidencia. 15/08/2018. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/america/portada/abdo-benitez-promete-un-golpe-de-timon-en-paraguay-al-asumir-la-presidencia/20000064-3720482>>. Acesso em: 19/08/2018.

[11] La Nación. Abdo Benítez aborda lazos en materia de defensa. 31/07/2018. Disponível em: <https://www.lanacion.com.py/politica_edicion_impresa/2018/07/31/abdo-benitez-aborda-lazos-en-materia-de-defensa/>. Acesso: 18/08/2018.

(FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assim como com outras autoridades econômicas e financeiras, incluindo bancos e fundos de inversão privados com os quais o presidente espera promover maiores investimentos no Paraguai. No caso do FMI, além da supracitada reunião com Christine Lagarde nos EUA, Benítez já havia se encontrado com a diretora desse organismo em abril de 2018, quando ainda era candidato.

A respeito da relação com a potência norte-americana, como assinala Abente Brun, o Paraguai tem adotado nos últimos anos uma posição mais independente, distinta do antigo alinhamento automático e acrítico com as posições estadunidenses, o que se evidenciou, por exemplo, com a oposição à criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e o não envio de tropas para o Iraque^[12]. Assim sendo, dado que a política externa paraguaia tem orbitado historicamente entre os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil, a procura de uma política externa independente, não alinhada à potência global nem às regionais, tem sido presente no debate acadêmico e político recente.

Ademais, observa-se a procura pela diversificação das relações internacionais do Paraguai. Depois da viagem ao Brasil e à Argentina, Abdo Benítez partiu para a Rússia, onde destacou que era a primeira visita de um presidente paraguaio a esse país, que ele já havia visitado quando era senador. Além de ser representante do lobby para que a Argentina, o Uruguai e o Paraguai sediarem

[12] Abente, op. cit.

conjuntamente a copa do Mundo de 2030, Abdo Benítez analisou com Vladimir Putin as relações bilaterais^[13]. Desse modo, evidencia-se a procura de novos sócios comerciais, pois o presidente eleito também tem apontado a necessidade de se aproximar da China. Cabe lembrar, porém, que o reconhecimento de Taiwan pelo Paraguai, e suas fortes relações de cooperação bilateral, especialmente no âmbito da educação, podem interferir nesse objetivo.

Iván Duque: política externa de renovação ou de retorno aos velhos paradigmas?

Há dois anos atrás, o advogado Iván Duque era uma figura pouco conhecida na política colombiana. Foi assessor internacional e funcionário do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Desde 2014 e antes de sua candidatura presidencial, foi senador do partido Centro Democrático, liderado pelo ex-presidente Álvaro Uribe, seu padrinho político. No segundo turno, em 17 de junho de 2018, foi eleito como presidente dos colombianos com 53,98% dos votos.

No seu programa de governo, Duque não tem uma posição explícita sobre a orientação da política externa, mas é assinalado que a diplomacia terá convicções sustentadas em

[13] EFE. Abdo Benítez llega a Asunción tras una gira por Rusia, Brasil y Argentina. 19/06/2018. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/conosur/politica/abdo-benitez-llega-a-asuncion-tras-una-gira-por-rusia-brasil-y-argentina/50000818-3654692>>. Acesso: 20/08/2018.

políticas de Estado^[14]. Nesse documento, encontram-se alguns elementos relacionados ao aprimoramento do serviço exterior e consular, à garantia da segurança nas fronteiras e à adoção de programas para os colombianos no exterior. Porém, neste mesmo programa de governo não são claras as estratégias que serão utilizadas pelo governante para implementar algumas dessas propostas.

Já na sua agenda como presidente eleito, uma primeira questão se refere aos Estados Unidos, dado o peso que essa potência tem na história colombiana. Como aponta Tickner^[15], o próprio governo colombiano tem liderado uma estratégia intensa de associação com esse país, procurando inclusive a ingerência dos EUA na crise interna colombiana, especialmente no que se refere à luta contra as drogas e à insurgência. Essa estratégia, muito mais forte durante o governo de Uribe, teve uma flexibilização durante o governo de Juan Manuel Santos, pela maior diversificação da agenda com os EUA e pela decisão de suspender, por um tempo, pulverizações aéreas de cultivos ilícitos, com o herbicida glifosato.

É muito provável que os EUA tenham novamente um papel mais forte na política externa do novo governo, dadas as declarações e visitas de Duque

como candidato e como presidente eleito. Precisamente, Duque, dias depois de conhecer os resultados eleitorais, começou sua agenda externa visitando o tradicional país aliado. De fato, uma das prioridades para o novo presidente tem sido a luta contra as drogas e a erradicação de cultivos de uso ilícito, o que implica fortalecer as relações bilaterais com esse país, pois cabe lembrar que o distanciamento entre a Colômbia e os EUA durante o governo de Santos foi alvo de constantes críticas pela bancada uribista. Desse modo, e como foi anunciado por Duque quando ainda era candidato, haverá mudanças na política antidroga e voltarão a ocorrer as pulverizações aéreas, retomadas no final do governo Santos. Espera-se, então, que a Colômbia procure novamente uma maior ingerência do governo estadunidense na luta contra a insurgência e no combate às drogas.

A maior aproximação com os EUA também pode ser notada no campo diplomático. Quando ainda era candidato, Duque afirmou que consideraria a possibilidade de trasladar a embaixada da Colômbia em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, tal como feito pelos EUA e seguido por países como Guatemala e Paraguai.

Duque também visitou a Espanha, um sócio tradicional da Colômbia pelo comércio bilateral e pela presença de firmas no país sul-americano, pelo qual é possível afirmar que se evidencia um maior interesse do novo governo em manter boas relações com os sócios tradicionais do que ampliar a ação externa do país a novos atores e parceiros.

[14] Duque, Iván. PlandeGobierno, 2018. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/ivanducuewebsite/static/propuestas.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

[15] Tickner, Arlene B. Intervención por Invitación: Claves de la política exterior colombiana y de sus debilidades principales. Colombia Internacional, n.6, 2007, p.90-111.

Uma segunda questão é o relacionamento com os países vizinhos. O programa de governo carece de referências sobre as relações com os países da região, com exceção de uma única menção à Aliança do Pacífico. Em contraste, nesse documento, anuncia-se que a Colômbia sairia da Unasul, por considerá-la uma organização “cúmplice da ditadura de Nicolás Maduro”^[16]. De fato, três dias após chegar ao poder, o novo governante formalizou a saída definitiva do organismo. Com essa decisão, Duque aprofundou a crise que atravessa a Unasul, pois além de subvalorizar os avanços na construção da integração sul-americana, tem convidado outros países a sair do bloco regional. É provável, então, que a América do Sul tenha uma menor importância na agenda de política externa do atual governo, com exceção de uma possível liderança na procura de respostas regionais frente à situação da Venezuela.

Precisamente, uma terceira questão se relaciona com a crise venezuelana. Sem dúvida alguma, a relação com esse país é um dos maiores desafios da política exterior colombiana, dadas as múltiplas tensões bilaterais que têm envolvido, inclusive, a incursão de militares venezuelanos no território colombiano e a militarização das fronteiras. Cabe lembrar que a Colômbia tem sido o país mais diretamente impactado pela crise do país vizinho, pelo fato de compartilharem uma longa

[16] Semana. Unasur sirvió de comodín para una dictadura, Duque al oficializar retiro. 27/08/2018. Disponível em: <<https://www.semana.com/nacion/articulo/colombia-se-retira-de-unasur-envian-carta-oficial/581024>>. Acesso em: 28/08/2018.

fronteira e dada a histórica interdependência entre os dois Estados.

Mesmo que a situação dos migrantes venezuelanos estivesse presente no debate eleitoral, no programa de governo de Duque não são mencionadas propostas específicas para a população imigrante. Porém, Duque anunciou a criação de um fundo de ajuda humanitária e um status de proteção temporária para os migrantes^[17], o que seria um avanço nas respostas regionais dadas à questão dos migrantes venezuelanos.

Na realidade, espera-se uma posição mais forte contra o governo venezuelano por parte de Duque do que aquela levada a cabo pelo governo Santos. De fato, a Colômbia terá uma liderança na pressão internacional contra esse governo, pois Duque tem pedido apoio dos países da região para denunciar Nicolás Maduro na Corte Penal Internacional^[18]. Cabe assinalar que na sua visita aos EUA, Duque tratou sobre esse assunto com o secretário geral da OEA e assinalou a necessidade de fortalecer o sistema interamericano e defender a Carta Democrática

[17] Caracol. La migración no va a parar si Maduro no se va: Duque. 21/06/2018. Disponível em: <http://caracol.com.co/radio/2018/06/21/nacional/1529580247_069474.html>. Acesso em: 17/08/2018.

[18] El Universal. Duque buscará alianzas para reafirmar denuncias sobre Venezuela ante la CPI. 29/06/2018. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/politica/13745/duque-buscar-alianzas-para-reafirmar-denuncias-sobre-venezuela-ante-la-cpi>>. Acesso em: 18/08/2018.

como instrumento regional de promoção da democracia [19].

No seu discurso de posse, Duque não fez menção aos temas relacionados à política externa do país, com exceção de que seu governo defenderá a Carta Democrática Interamericana, promoverá a liberdade dos povos da região e denunciará em foros multilaterais aqueles países que não garantam princípios democráticos [20]. Observa-se, assim, que o grau de tensão com o país vizinho, a Venezuela, tende a crescer no atual governo.

Conclusão

Dado que são os problemas domésticos os que concentram a atenção da sociedade e da opinião pública durante o período eleitoral, as referências sobre questões de política externa não são comuns por parte dos candidatos. Nesse sentido, os programas de governo não fazem muitas menções a respeito das estratégias de inserção internacional e a relação com a região e com o mundo. Mesmo assim, cabe assinalar que a política externa vem adquirindo maior peso na corrida eleitoral em países latino-americanos, se comparado com décadas passadas.

[19] El Tiempo. Crisis en Venezuela, tema del tercer día de Duque en Estados Unidos. 01/06/2018. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/duque-habla-de-la-crisis-de-venezuela-en-estados-unidos-237586>>. Acesso em: 22/08/2018.

[20] El Tiempo. Iván Duque propone un gran pacto por el futuro de Colombia. 07/08/2018. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/politica/gobierno/discurso-de-posesion-de-ivan-duque-presidente-2018-252946>>. Acesso em: 27/08/2018.

Neste texto, defende-se que após os resultados eleitorais serem publicados é importante analisar a agenda externa do presidente eleito para identificar os temas, os países e as questões que serão centrais na política externa do novo governo. Para isso, foram analisadas as primeiras ações dos presidentes eleitos no Paraguai e na Colômbia, constatando que mesmo que a política externa não tenha sido um elemento central nos programas de governo e na campanha eleitoral de Abdo Benítez e de Iván Duque, depois de serem eleitos, os dois começaram uma ativa agenda externa que incluiu visitas a outros países com encontros com presidentes, parlamentares, autoridades de organizações internacionais e membros do setor privado.

Ambos os mandatários, coincidem em algumas orientações na sua política externa, dado que, durante a campanha eleitoral, enfrentavam movimentos progressistas nos seus países e pelo fato de que são políticos conservadores e críticos dos governos de esquerda da região. Sobre as agendas de política externa, ambos, como candidatos, deram importância central à segurança e à defesa nacional. Cabe lembrar que tanto a Colômbia quanto o Paraguai figuram nas listas dos maiores produtores de drogas do mundo, além de que os países têm grandes desafios de segurança, especialmente pela presença de grupos armados. Por esse motivo, os dois mandatários têm apontado para a cooperação militar com os EUA, sendo esse país considerado como um sócio fundamental para combater o crime.

A agenda externa de Abdo Benítez e Duque mostra a tendência a uma maior aproximação a sócios tradicionais. No caso do mandatário paraguaio, apresentaram-se visitas a Argentina, Brasil e aos EUA. Cabe lembrar que Argentina e Brasil são fundamentais para o Paraguai dado que, por ser um país pequeno, é mais dependente dos países vizinhos. Porém no caso de Abdo Benítez é mais evidente a busca por uma diversificação de atores e agendas da política externa. Isso se evidencia com aproximações à Rússia e um interesse em reforçar as relações com a China. Também é claro o interesse por se aproximar dos países da região, como Chile, Bolívia e Uruguai, sendo a infraestrutura e a integração energética os temas mais discutidos em encontros com esses países.

Em contraposição, após ser eleito, Iván Duque priorizou os sócios tradicionais como os EUA e a Espanha, mas fez pouca referência à relação com os países vizinhos, pelo qual espera-se um alinhamento mais forte à potência estadunidense, se comparado ao governo de seu antecessor. Assim sendo, Duque tem tido poucos contatos com mandatários da região e tem abordado poucos temas de interesse regional. Inclusive, o novo presidente colombiano oficializou a saída da Colômbia da Unasul. Mesmo se esperando no governo de Duque um papel mais ativo na região na crise venezuelana, essa postura implicaria uma liderança negativa, pois se dá a partir da oposição ao governo de Maduro. Além disso, outros países como Chile, Paraguai e Peru, também têm liderado iniciativas para pressionar o governo venezuelano.

Em conclusão, mesmo compartilhando ideias conservadoras relacionadas à segurança e à defesa, ao papel dos EUA na região e à oposição a uma integração regional mais ampla, evidencia-se de modo mais claro com o governante paraguaio a procura da diversificação dos atores e da agenda de política externa e a adoção de uma diplomacia mais ativa, mesmo apresentando um programa mais difuso e com pouca referência aos assuntos internacionais. Em contraste, o mandatário colombiano dá maior centralidade às relações com os EUA e suas referências à região se limitam à crise venezuelana, demonstrando, pelo menos até agora, menor importância às alianças com os países vizinhos.

Setembro de 2018.

O dragão se volta para o mundo: a política externa chinesa do século XXI

Juliana Pinto

Pesquisadora
Neape

Introdução

As transformações do sistema internacional na segunda metade do século passado, e especialmente depois do final da Guerra Fria, deram novos contornos às relações internacionais no século XXI. Dentro dessa conjuntura, a República Popular da China emergiu como uma grande potência, decidida a se tornar um dos atores que dá as cartas no tabuleiro internacional.

Para além da evidente importância do gigante asiático para a economia política global, é importante destacar que o governo chinês tem investido cada vez mais em ações que visam expandir o *soft power*^[1] do país ao redor do mundo. Seja por meio da cooperação ou por meio de iniciativas de diplomacia pública, é possível afirmar que a presença da China está cada vez mais sólida em todas as regiões do globo e que a capacidade de influência do país gradualmente se estabeleceu e atualmente é incontestável.

A diplomacia chinesa emergiu como um dos principais temas na última sessão do Congresso Nacional do Povo, a reunião do Partido Comunista Chinês. Medidas como a designação de ao menos cinco altos funcionários do partido para cuidarem da política externa do país, a promoção do ministro de Relações Exteriores a Conselheiro de Estado, o aumento considerável do orçamento do Ministério de Relações Exteriores e a recém-criada Agência de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, indicam que o presidente Xi Jinping dá prioridade à política externa. A diplomacia seria, assim, uma ferramenta importante para o projeto do presidente de transformar a China em uma potência global até 2049, ano do centenário da República Popular.

[1] De acordo Joseph Nye (2004, p.5), *soft power* é “fazer com que os outros queiram os resultados que você quer”, cooptar ao invés de coagir. NYE, Joseph S. *Soft-power: The Means to Success in World Politics*. New York, Public Affairs, 2004, p.5.



Com planos de desenvolver projetos ambiciosos, a China acredita que este seria o momento para implementar uma política externa mais assertiva, se beneficiando do recuo estadunidense de alguns compromissos internacionais durante o governo de Donald Trump^[2]. Este artigo propõe uma reflexão sobre como a política externa chinesa usa ferramentas de *soft power* para se preparar para enfrentar os desafios colocados pelo sistema internacional atual.

Uma “nova era” para a China

A política externa chinesa atual, comandada por Xi Jinping, teria como objetivo fundamental alcançar o “grande rejuvenescimento da nação chinesa”. A expressão foi usada pelo presidente 27 vezes no seu relatório apresentado na XIX Sessão do Congresso Nacional do Povo em 2017^[3] e resume um projeto ambicioso de nação. De modo geral, a estratégia encontra suas raízes no que os líderes chineses chamaram de “século da humilhação”, período que se estende da derrota da China nas Guerras do Ópio, em 1839, até o nascimento da República Popular, em 1949. A partir da ideia de que seria preciso reconquistar o status da China como grande potência

[2] Conjuntura Latitude Sul, n.3 mar./2018, p.6.

[3] Xi Jinping. Secure a Decisive Victory in Building a Moderately Prosperous Society in All Respects and Strive for the Great Success of Socialism with Chinese Characteristics for a New Era. 19Th National Congress of the Communist Party of China. Outubro, 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/YHRBJr>>. Acesso em 17/08/2018.

e colocar o país no centro do tabuleiro internacional, Xi Jinping traçou um plano de governo que tem como norte atingir esta meta até 2049^[4].

Nesse contexto, e nos mais diversos níveis, a China tem buscado esse protagonismo. Uma das mais importantes ferramentas para a diplomacia do país nesse sentido seria o *soft power*. *Soft power*, no caso chinês, seria o poder de fazer com que outros países queiram os mesmos resultados desejados pela China, mas por meio da persuasão e não da coação. Nesse sentido, a diplomacia chinesa poderia obter os resultados que deseja na política mundial porque outros países, pelos mais diversos motivos (admiração, tentativa de imitação ou aspiração pelo seu nível de prosperidade), decidiram segui-la. Assim, o *soft power* dependeria da habilidade da China de formar as preferências dos países que pretende influenciar^[5]. É também importante destacar que a escolha pela expansão do *soft power* incorporaria diferentes dimensões da política na diplomacia chinesa para os países, como cultura, educação, economia e defesa.

O esforço do atual presidente chinês para afirmar o *soft power* do país globalmente se expressa em números: durante o governo de Xi Jinping o orçamento para a diplomacia praticamente dobrou. Em 2018,

[4] Doshi, Rush. Xi Jinping just made it clear where China's foreign policy is headed. The Washington Post, 25/10/2017. Disponível em: <<https://goo.gl/5LqhS2>>. Acesso em 15/08/2018.

[5] Nye, Joseph S. Soft-power: The Means to Success in World Politics. New York, Public Affairs, 2004, p.5.

foi anunciado um novo aumento de mais de 15% em relação ao orçamento do ano anterior, o que seria cerca de US\$9,4 bilhões a mais para a diplomacia chinesa [6].

Para além do nível financeiro, a China também busca se afirmar na sua atuação nas organizações internacionais. Nos últimos anos, foi visível o interesse da diplomacia chinesa em ocupar novos espaços da governança global e o relatório de Xi Jinping lançado durante a última reunião do Congresso Nacional do Povo confirmou essa impressão. Além da clara importância da China para o sistema de comércio multilateral, temas considerados mais *soft*, como a mudança climática, também constam na agenda do país. Mais do que isso, Xi Jinping promete que a China buscará exercer um papel diretivo nos foros que determinarão o futuro dessas questões.

É importante salientar que não apenas a vontade política da China importa nesse contexto, mas também a conjuntura do sistema internacional. Atualmente, os ventos parecem estar a favor da estratégia chinesa, já que o país encontra terreno favorável para ocupar mais espaços no plano internacional, em grande parte, porque os EUA sob governo de Donald Trump estão cada vez mais se isolando, além de constantemente recuarem de compromissos acordados pelos governos anteriores. Fazendo mais do que utilizar-se do vácuo deixado pelos EUA, a China também se

[6] Clover, Charles; Fei Ju, Sherry. China's diplomacy budget doubles under Xi Jinping. Financial Times, 06/03/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/S2vQLP>>. Acesso em: 15/08/2018.

colocou como uma grande crítica da posição isolacionista tomada pela potência norte-americana e outros países ocidentais. Em seu relatório, Xi Jinping afirmou que “nenhum país pode abordar sozinho os muitos desafios que a humanidade enfrenta, nenhum país pode se dar ao luxo de recuar para o isolamento” [7].

Finalmente, é importante salientar que a atual estratégia chinesa vai diretamente de encontro à diplomacia mais cautelosa que foi colocada em prática por Deng Xiaoping, um dos antecessores mais notáveis de Xi Jinping na Presidência. É perceptível a vontade política de maior assertividade e protagonismo no sistema internacional por parte da China atual, se inserindo internacionalmente como uma potência mais cooperativa e que busca se tornar um modelo para os países em desenvolvimento.

Com a intenção de aproveitar as oportunidades de expansão oferecidas globalmente e visando se preparar para os futuros desafios dessa ordem internacional imprevisível e em constante mudança, a China decidiu que este seria o momento propício para colocar em prática alguns dos seus projetos mais ambiciosos. A próxima seção deste artigo tratará de alguns desses projetos.

***Soft power* e ferramentas de otimização do sistema diplomático**

Desde a primeira década do século XXI, foi possível perceber um movimento da política externa chinesa para expandir os esforços diplomáticos de *soft power* da

[7] Xi Jinping, op. cit.

sua região do sudeste asiático para a Ásia Central, América Latina e África. Esta mudança de comportamento se baseou na ideia de que os esforços da China para melhorar a sua imagem no plano internacional seriam benéficos para a estratégia do país de expansão da sua influência ao redor do mundo. A diplomacia pública entra nesse contexto como a principal ferramenta do *soft power* chinês [8].

Nesse artigo, se chama de diplomacia pública uma coleção de instrumentos usados por atores estatais com a intenção de influenciar as percepções, preferências e ações de cidadãos estrangeiros em favor dos seus interesses. Nesse sentido, alguns dos esforços da diplomacia pública da China podem ser citados: Institutos Confúcio, atividades de comunicação e mídia (por exemplo, radiodifusão e mídia impressa), centros culturais, programas de intercâmbio, programas de ajuda humanitária, investimentos e visitas oficiais [9]. Percebe-se que este tipo de diplomacia abarca iniciativas de diversas áreas, mas em comum todas envolvem a percepção de que a persuasão seria uma estratégia mais eficaz para os objetivos chineses de aumentar sua influência global do que a coação ou o uso de instrumentos de força.

[8] Zhang, Juyan. Making sense of the changes in China's public diplomacy: Direction of information flow and messages. *Place Branding and Public Diplomacy*, v. 4, n. 4, 2008, p.303–316.

[9] Custer, S.; Russell, B.; DiLorenzo, M.; Cheng, M.; Ghose, S.; Sims, J.; Turner, J.; H. Desai. *Ties That Bind: Quantifying China's public diplomacy and its "good neighbor" effect*. Williamsburg VA: AidData at William & Mary, 2018.

A narrativa desenvolvida pela diplomacia chinesa nos últimos anos em muito se aproxima daquelas dos grandes países emergentes. Em comum, estariam as críticas ao anacronismo de diversos fóruns da governança global, que ainda não refletem proporcionalmente os interesses dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e o pleito por reformas desses arcabouços organizacionais. No entanto, a China, diferentemente de outros países do Sul, busca uma expansão do seu *soft power* por meio de novas iniciativas ambiciosas. O exemplo mais notório desta estratégia, que tem contornos geopolíticos e geoestratégicos evidentes, é a iniciativa *Belt and Road*, também chamada de Nova Rota da Seda.

A *Belt and Road* tem como projeto ligar a China à Europa através da Ásia Central e da Rússia, ao Oriente Médio através da Ásia Central, ao sudeste e sul da Ásia, assim como ao oceano Índico. A iniciativa cobre 65 países ao todo e atingirá cerca de 62% da população mundial, o que representa quase um terço do PIB global. Para além disso, existe a expectativa de que a *Belt and Road* possa ainda evoluir para um canal para promoção de uma economia política e de paradigmas de governança alternativos para as economias em desenvolvimento. Nesse sentido, portanto, mais do que facilitar a cooperação econômica e fomentar uma conectividade mais ampla entre várias regiões do globo, a *Belt and Road* poderia, eventualmente, ser o primeiro passo para moldar uma nova ordem global. Sua consequência fundamental seria, assim, apresentar uma alternativa ao modelo ocidental de busca por

influência internacional^[10].

Para dar conta das demandas advindas de um projeto tão extenso, o governo chinês entendeu que era preciso fazer reforços institucionais. Nesse sentido, e diretamente relacionada ao projeto da *Belt and Road*, está a recente criação de uma Agência de Estado de Cooperação para o Desenvolvimento, que, segundo o governo chinês, integrará as responsabilidades do Ministério do Comércio e do Ministério de Relações Exteriores no que tange à ajuda externa. Ao que tudo indica, a agência chinesa terá como foco projetos ligados às áreas de desenvolvimento e infraestrutura.

O estabelecimento de uma agência própria para a coordenação da cooperação internacional e da ajuda externa indica, mais uma vez, a intenção da China de expandir o seu *soft power*, uma vez que está elevando esta atividade no nível institucional. Apesar do mais importante componente da política externa chinesa sempre ter sido o comércio exterior e o investimento, iniciativas como a criação desta agência significam que o governo está disposto a fazer movimentos na direção de uma expansão da sua influência no nível político, e não apenas econômico^[11].

[10] Schortgen, Francis. China and the Twenty-First-Century Silk Roads: A New Era of Global Economic Leadership? In: W. Zhang et al. (eds.). China's Belt and Road Initiative. Palgrave Studies of Internationalization in Emerging Markets, 2018, p.25-26.

[11] Cornish, Lisa. China's new aid agency: What we know. Devex, 20/04/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/ma2cBX>>. Acesso em: 27/08/2018.

Aumentar o *soft power* chinês e amainar as tensões geradas pelos projetos implementados, principalmente no continente africano, seriam os principais desafios da agência, que coordenará os atores envolvidos na agenda da cooperação internacional da China^[12]. Este trabalho de coordenação promete centralizar também a organização das iniciativas relacionadas ao projeto *Belt and Road*. Assim, por mais que outras agências governamentais e ministérios estejam envolvidos no apoio aos projetos, é esperado que as negociações internacionais da Nova Rota da Seda ocorram via Agência de Cooperação para o Desenvolvimento^[13].

Ao se estabelecer como uma das grandes potências econômicas do sistema internacional contemporâneo, a China também revelou que não deixa de se preocupar com a otimização do seu arcabouço diplomático. Nesse sentido, uma iniciativa que se destaca em meio as múltiplas ações do governo chinês é o uso da inteligência artificial (IA) para ajudar em decisões diplomáticas.

A China está desenvolvendo protótipos de sistemas diplomáticos baseados em inteligência artificial. O Ministério de Relações Exteriores confirmou que é importante para a diplomacia do país se adaptar às tendências tecnológicas e explorar as tecnologias mais recentes para melhorar o seu trabalho. De modo geral, isso significa que a alta tecnologia da IA seria usada para benefício da política externa chinesa, reunindo informações relevantes e ajudando diplomatas a tomarem decisões. Esses

[12] Conjuntura Latitude Sul, n.4, abr./2018, p.7.

[13] Cornish, op. cit.

sistemas diplomáticos teriam como principal objetivo avaliar que tipo de riscos as iniciativas e os projetos do governo chinês correriam em um determinado país, que seria alvo dos investimentos. A lista dos possíveis riscos considerados pelos sistemas de IA é ampla, mas pode-se citar o terrorismo e os golpes de Estado como exemplos^[14].

Um dos sistemas mais avançados até o momento foi criado pela Academia Chinesa de Ciências e já está sendo usado pelo Ministério de Relações Exteriores chinês. Este sistema, em particular, tem como tarefa buscar padrões em uma ampla variedade de dados, desde conversas diplomáticas em coquetéis, até imagens de satélite, para ajudar em possíveis estratégias. O sistema funcionaria de modo a auxiliar o formulador de políticas que precisa tomar uma decisão rápida em uma situação complexa e urgente, fornecendo uma gama de opções com recomendações que podem direcionar a melhor decisão.

Apesar de ainda estar nos seus estágios iniciais, esta variante do uso da alta tecnologia atraiu muita atenção e diversos grupos de pesquisa já estão envolvidos com projetos que buscam desenvolver sistemas desse tipo. Inclusive, eventos acadêmicos relacionados ao tema já aconteceram na China. Há pouco tempo, foi organizada uma conferência pela Universidade de Negócios Internacionais e Economia em Pequim que tinha como objetivo discutir o impacto da inteligência artificial na diplomacia. No evento, pesquisadores da

área compartilharam alguns progressos recentes^[15].

A grande questão, segundo o Dr. Feng Shuai, dos Institutos Xangai para Estudos Internacionais seria que os sistemas de inteligência artificial podem usar o poder científico para ler e analisar dados de uma maneira que os seres humanos não podem. Simultaneamente, o sistema diplomático estaria imune a fatores subjetivos que poderiam influenciar uma tomada de decisão feita por um diplomata. O sistema “nem sequer consideraria os fatores morais que entram em conflito com os objetivos estratégicos”, como acrescentou o pesquisador^[16].

Essa questão levanta um grande debate: o fato de que apesar dos benefícios do uso desse tipo de tecnologia serem amplamente difundidos, deveria existir uma preocupação com os limites do uso da IA e com a excessiva robotização do processo de tomada de decisão. Apesar de diversos pesquisadores que trabalham no desenvolvimento desses sistemas afirmarem que os sistemas de inteligência artificial foram idealizados como um apoio para decisões estratégicas, e frisarem que as decisões finais ainda serão tomadas por seres humanos, é inelutável pensar nas consequências que a inserção desse tipo de ferramenta pode trazer para as decisões diplomáticas finais.

Nesse sentido, os debates levantados pelo uso da inteligência

[14] Conjuntura Latitude Sul, n.7, jul./2018, p.8.

[15] Conjuntura Latitude Sul, n.7, jul./2018, p.8.

[16] Idem.

artificial na diplomacia devem ir além da questão da “eficiência” das decisões tomadas e serem ampliados para tratar dos perigos de um possível avanço desenfreado dos sistemas tecnológicos e a desumanização do processo diplomático.

Conclusão

Fundamentando-se em ambiciosas iniciativas e não poupando esforços para aumentar a sua influência, a diplomacia chinesa chegou às primeiras décadas do século XXI reconhecendo a necessidade de difusão da imagem do país como um *global player* responsável e um parceiro confiável.

O governo atual, do presidente Xi Jinping, tem adotado medidas que buscam dar conta das demandas decorrentes da estratégia de “grande rejuvenescimento da nação chinesa” anunciada pelo dirigente. Nesse sentido, para corresponder às expectativas colocadas sobre os acordos firmados pelo seu *soft power*, como aqueles ligados à iniciativa *Belt and Road*, o governo chinês entendeu que alguns reforços eram necessários no nível institucional.

Assim, a recente criação de uma Agência de Cooperação para o Desenvolvimento e o uso de sistemas de inteligência artificial para ajudar em decisões diplomáticas são exemplos de como a China está disposta a incrementar o seu arcabouço institucional e burocrático para garantir os melhores resultados de sua política externa, trazendo o país para o centro do tabuleiro internacional em pleno século XXI.

Setembro de 2018.



Quis Custodiet Ipsos Custodes?^[1]

Novas tensões entre o controle civil e a autonomia militar nas estruturas de Defesa e Inteligência

**Luã Braga de
Oliveira**

Pesquisador
Neaape

Introdução

Desde João Pandiá Calógeras, em sua breve gestão no Ministério da Guerra de Epitácio Pessoa (1919-1922), até a criação do Ministério da Defesa (MD), em 1999, a história republicana brasileira não havia testemunhado a presença de um civil no mais alto comando das Forças Armadas. A ampla autonomia política da caserna ao longo do século XX colaborou para um quadro de sucessivas investidas contra as estruturas institucionais e políticas do país. Seja indiretamente, através do apoio a um grupo político insurgente, como na revolução de 1930, seja diretamente, como no golpe civil-militar de 1964, os militares estiveram envolvidos na maioria das grandes mudanças estruturais no ordenamento político brasileiro.

Entretanto, desde a redemocratização, significativas reformas legais e institucionais têm sido executadas nas estruturas de segurança e defesa do país, com vistas a ampliar o controle civil democrático sobre a caserna e, com isso, evitar que sua politização se torne uma ameaça ao Estado Democrático de Direito. Tais reformas, do ponto de vista legal, incluem a revisão da legislação normativa regulatória da atuação militar, com destaque à inclusão do Legislativo nesse processo. Do ponto de vista institucional, incluem a reestruturação de órgãos de segurança, como as três forças armadas e os aparatos de inteligência de Estado, no intuito de inserir instâncias de controle interno e externo à sua atuação. Duas dessas reformas merecem especial

23

[1] “*Quis Custodiet Ipsos Custodes*” (“Quem vigia os vigilantes?”, em tradução livre) é uma frase do poeta romano Décimo Júnio Juvenal (séc II) presente em suas Sátiras. Tornou-se expressão comum em contextos de questionamento a governos autoritários e repressivos. Foi utilizada por Gonçalves (2008) em sua tese sobre o controle da atividade de inteligência no Brasil e no Canadá. Aqui, é empregada no intuito de problematizar a histórica autonomia militar na formulação e na execução da política de defesa brasileira.

atenção e serão aqui discutidas: a criação do MD e a reestruturação do aparato de inteligência estatal, com o fim do Sistema Nacional de Informações (SNI) e a criação do Sistema Brasileiro de Inteligência (SisBIn). Merecem especial atenção não só por sua importância fulcral para a defesa e para a segurança nacional, mas porque atualmente se encontram no centro do velho impasse entre o controle civil democrático e a autonomia militar nas estruturas de segurança.

Esse velho impasse volta à pauta do debate político e acadêmico por conta de duas recentes decisões presidenciais: a nomeação do General Joaquim Silva e Luna para o comando do MD e a reativação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), ao qual se vincula a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sob o comando do General Sérgio Westphalen Echegoyen. Em 2015, em meio a uma reforma ministerial, a pasta havia sido extinta pela presidente Dilma Rousseff, tendo a ABIN sido vinculada à Secretaria de Governo (SEGOV). Tais decisões repercutiram entre civis e militares envolvidos com a prática e com os estudos sobre segurança e defesa no país, levantando questionamentos acerca de uma aparente “remilitarização” desses órgãos.

Há, na literatura acadêmica especializada no campo das Relações Civis-Militares (RCM), um longo debate em torno do grau de sucesso logrado pelas reformas ora mencionadas na tarefa de democratizar as políticas de defesa e segurança do Estado e de subordinar as Forças Armadas ao poder civil democraticamente instituído. Enquanto, de um

lado, parte da literatura percebe considerável grau de sucesso nesse processo, outra parte identifica a manutenção de uma elevada autonomia militar. O objetivo do presente artigo é analisar as duas recentes decisões apresentadas – a reativação do GSI e a nomeação de Silva e Luna para o MD – à luz do debate acadêmico do campo das RCM, no intuito de avaliar de que modo os casos em tela contribuem para análise do dilema entre controle civil e autonomia militar nas estruturas de segurança e defesa do país nos dias de hoje.

A redemocratização e as reformas nas estruturas de defesa e inteligência

O processo de redemocratização que começou ao fim da década de 1980, além de ter iniciado o mais longo período democrático vivido pelo país, marcou o início das reformas nos marcos legais e nas estruturas organizacionais nas áreas de defesa e segurança. Após um longo período de regime militar, pairavam sobre a sociedade dúvidas quanto ao futuro das relações entre as instituições castrenses e as novas instituições democráticas. Nesse sentido, a Carta Política de 1988 já deixava claro o tom regente das relações entre as esferas civil e militar ao longo de sua vigência. Em seu artigo 142, o Texto Magno concede autoridade suprema ao Presidente da República na direção das Forças Armadas, propugnando que estas destinar-se-iam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e à manutenção da lei e da ordem, com a ressalva de que esta última atribuição deveria partir da iniciativa de um dos poderes democraticamente instituídos.

Já na década de 1990, uma importante inovação legal para o campo da defesa nacional foi a aprovação da primeira Política de Defesa Nacional (PDN), em 1996. Primeiro produto dos esforços conjuntos de aproximação entre os domínios da política externa e da política de defesa, a discussão do documento contou com a participação de legisladores, diplomatas, militares e acadêmicos – conquanto persistissem tensões na relação entre estas esferas^[2].

No ano de 1999, dois importantes marcos legais foram aprovados: a Lei Complementar nº 97/99 (LC97) e a Lei nº 9883/99 (L9883). A LC97 dispunha sobre normas para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas e consolidava, em seu artigo 4º, a direção superior do Ministério da Defesa (MD) sobre as três Forças. A L9883, por sua vez, instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SiSBIN), criando a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) enquanto órgão central desse sistema. A criação do SiSBIN e da ABIN pôs fim a um período de ostracismo pelo qual passou a atividade de inteligência de Estado desde 1990, com o fim do Sistema Nacional de Informações (SNI) – poderoso órgão de investigação e repressão do regime militar. Em seu artigo 6º, a L9883 prevê um importante dispositivo para

[2] Alsina Jr., João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 46, n. 2, p. 53-86, 2003. Pinto, Paulo Cordeiro de Andrade. *Diplomacia e Política de Defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2015.

a consolidação do controle civil democrático, ao determinar que o órgão de controle externo da atividade de inteligência seria composto por integrantes do Legislativo. Posteriormente, foi criada, no Congresso Nacional, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) enquanto órgão responsável por esse controle externo.

Já no século XXI, destacam-se as atualizações da Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). A PND corresponde ao documento condicionante de mais alto nível do planejamento de defesa no país, abordando os conceitos de defesa e segurança adotados pelo Brasil e os principais objetivos da política de defesa do país. A END, por sua vez, oferece metas para o alcance dos objetivos fixados pela PND, além de direcionar a preparação e a capacitação das Forças Armadas e reorganizar a indústria de defesa. Já o LBDN é uma publicação mais ampla e completa, servindo como um instrumento de transparência da política de defesa, tanto para a sociedade brasileira quanto para a comunidade internacional.

Por fim, também no contexto dos marcos legais instituídos no século XXI, cabe citar a aprovação da Lei Complementar nº136/10, conhecida como Lei da Nova Defesa. A lei teve como propósito alterar dispositivos da LC97, trazendo consigo, entre outras modificações, uma inovação legal de suma importância para a consolidação do controle civil democrático sobre a política de defesa: a partir do ano de 2012,

o Executivo deveria submeter as atualizações da PND, da END e do LBDN à apreciação do Congresso Nacional.

Não há dúvidas, portanto, que a redemocratização marcou um novo momento na política de defesa e nas relações entre a sociedade e as Forças Armadas. Através de inovações e modificações na legislação reguladora dessa esfera do poder público, juntamente com reformas nos órgãos de segurança e defesa, o país deu seu passo mais longo na tardia instituição do controle civil sobre o poder militar. No entanto, restam controvérsias acerca da efetividade e do grau de alcance desses esforços.

Autonomia militar x controle civil: um debate inconcluso

O debate acadêmico no campo das Relações Cívico-Militares (RCM) acirrou-se com as reformas das estruturas de segurança e defesa promovidas com a redemocratização e ao longo da década de 1990, em especial frente à criação do MD. O ponto de controvérsia refere-se ao grau de sucesso ou fracasso dessas reformas em garantir o chamado controle civil sobre os militares. Há, de um lado, autores mais otimistas quanto ao tema, enquanto outros ainda identificam um elevado grau de autonomia militar na formulação e na condução das ações no campo da defesa e da segurança.

Em primeiro lugar, convém definir o que aqui se entende por controle civil e por autonomia militar nas políticas de segurança e defesa. Embora tais conceitos não sejam universais e inequívocos, nos oferecem parâmetros objetivos para analisar as duas variáveis nas RCM de hoje. Aqui entende-se

por controle civil democrático

a capacidade das autoridades constituídas (Executivo, Legislativo e Judiciário) e da sociedade civil (sindicatos, associações, imprensa etc) limitarem o comportamento autônomo das Forças Armadas, eliminando, por conseguinte, enclaves autoritários dentro do aparelho de Estado^[3].

Por sua vez, o conceito de autonomia militar aqui empregado corresponde a

quando os militares têm objetivos próprios, que podem ou não coincidir com os interesses de outros grupos políticos, e a capacidade institucional de executá-los, em detrimento de regras democráticas que proibam a consecução^[4].

Entre os principais argumentos favoráveis a uma interpretação mais otimista do processo de subordinação dos militares ao comando civil destacam-se a criação e a consolidação do Ministério da Defesa^[5] e a aprovação dos documentos condicionantes da política de

[3] Zaverucha, Jorge; Teixeira, Helder B. A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): uma síntese. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 55, 2003, p.5.

[4] Idem, p.8.

[5] Fuccille, Luís Alexandre. Democracia e Questão Militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Passos, Anaís Medeiros. O Estado das Relações Cívico-Militares no Brasil: um estudo de caso sobre o Ministério da Defesa (2007-2011). 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

defesa^[6]. Por outro lado, as visões mais críticas a essa interpretação e que identificam a manutenção de elevado grau de autonomia militar costumam ressaltar fragilidades institucionais na condução da política de defesa pelo MD^[7], além de algumas falhas e dificuldades no desempenho do controle externo das atividades de inteligência^[8] e da persistente militarização de órgãos como a ABIN^[9]. Uma boa síntese dos argumentos envolvidos no debate das RCM no século XXI, sobretudo acerca do reconhecimento do sucesso ou do fracasso na consolidação do controle civil sobre as Forças Armadas, pode

[6] Oliveira, Eliézer Rizzo de. Democracia e Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC. Barueri: Manole, 2005.

[7] Zaverucha, Jorge. A Fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro. Revista de Sociologia Política, v. 25, p. 107-121, 2005. Winand, Érica; Saint-Pierre, Héctor Luís. A Fragilidade da Condução Política da Defesa no Brasil. História (online), v. 29, n. 2, p. 3-29, 2010.

[8] Antunes, Priscila Carlos Brandão. Controle da Atividade de Inteligência no Brasil: legitimidade e eficiência enquanto desafio institucional. Anais do XXV Congresso Internacional da Latin American Studies Association. Las Vegas, Nevada, 2004. Gonçalves, Joanival Brito. Sed Quis Custodiet Ipsos Custodes? O controle da atividade de inteligência em regimes democráticos: os casos de Brasil e Canadá. 2008. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília.

[9] Zaverucha, Jorge. De FHC a Lula: a militarização da Agência Brasileira de Inteligência. Revista de Sociologia Política, v. 16, n. 31, pp. 177-195, 2008.

ser vista em Passos^[10].

A “remilitarização” da ABIN e do MD

Tradicionalmente, desde sua criação, o GSI esteve sob comando de generais. Seu primeiro comandante foi o General Alberto Cardoso, seguido pelas gestões dos generais Jorge Armando Félix e José Elito. Este último estava à frente da pasta quando esta foi extinta por Dilma Rousseff, em 2015. A decisão de Dilma de desativar o GSI e vincular a ABIN à SEGOV foi ao encontro de antigos anseios dos servidores da Inteligência brasileira que, em 2011, enviaram uma carta à Presidência da República expondo seu interesse em ter a Agência desvinculada do controle militar e submetida ao comando civil^[11].

Em 2016, já com a ABIN vinculada à SEGOV, o presidente Michel Temer manifestou suas pretensões de reativar o GSI, fato que levou à uma nova reação da comunidade de inteligência. Outra vez, a Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência (ASBIN) enviou uma nova carta à Presidência. Nela, os servidores expuseram sua satisfação com a anterior decisão de Dilma, ressaltando que a histórica subordinação da Inteligência brasileira ao controle militar rompe com práticas comuns às principais democracias do mundo, nas quais os órgãos de inteligência são inteiramente

[10] Op. cit.

[11] G1. ABIN “comemora” saída do controle militar para o civil. 19/11/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/abin-comemora-saida-do-controle-militar-para-o-civil.html>> Acesso em: 03/09/2018.

civis e autônomos. Na contramão do interesse da Agência, entretanto, o presidente Michel Temer prosseguiu com seu plano de recriar o GSI e revincular a ABIN a ele, agora sob comando do General Sérgio Echegoyen. Como esperado, a repercussão da decisão entre a comunidade de inteligência foi profundamente negativa, gerando uma celeuma que levou à renúncia do então Diretor-Geral da ABIN, Wilson Trezza^[12].

Diferentemente do GSI, que tradicionalmente foi comandado por militares e só recentemente vivenciou um breve período de comando civil, o MD foi chefiado por autoridades civis desde sua criação. De 1999, com Élcio Álvares, a 2016, com Raul Jungmann, o órgão contou com dez ministros civis em sua chefia. Contudo, por ocasião da criação do Ministério Extraordinário da Segurança Pública (MESP), para o qual Temer designou Jungmann, o General Silva e Luna foi nomeado para o comando interino do MD. A nomeação, que a princípio seria temporária, foi posteriormente ratificada pelo presidente.

Importa esclarecer que a criação do MD se deu com o objetivo precípuo de unificar o comando das três Forças Armadas sob o controle do poder civil. Para além da vontade política do governo, de setores do alto comando das Forças e da diplomacia, sua criação foi decorrência natural

[12] Folha de São Paulo. Diretor da ABIN se diz desprestigiado pelo novo governo e pede demissão. 17/05/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1771934-diretor-da-abin-se-diz-desprestigiado-pelo-novo-governo-e-pede-demissao.shtml>> Acesso em: 03/09/2018.

das diretrizes determinadas pela Carta Política de 1988. Além de facilitar a gestão da política de defesa nacional, a criação da pasta colocaria finalmente o Brasil em alinhamento com as principais nações democráticas^[13]. A escolha de Temer por entregar o comando do MD ao General Silva e Luna rompeu com uma prática de quase 20 anos, ao longo dos quais o Ministério atravessou sucessivas gestões de ministros civis.

Vistas à luz da História, as decisões do governo de nomear um general para o MD e de revincular a ABIN ao comando militar despertam o inevitável receio de estarmos testemunhando um processo em curso de “remilitarização” desses órgãos. Tendo em conta os esforços para a consolidação do controle civil sobre os militares desde o fim do regime de 1964, tais decisões demonstram que o debate em torno da consolidação do controle civil ou da manutenção da autonomia militar segue inconcluso.

À guisa de uma conclusão

Na impossibilidade de se encerrar o presente artigo com uma seção de conclusões, haja vista a complexidade e a atualidade do debate aqui proposto, cabe pontuar alguns aspectos que nos servirão como combustível para reflexão futura. De fato, se o acúmulo produzido pela literatura do campo das RCM não nos oferece consensos em torno do dilema entre controle civil e autonomia militar, certamente as duas

[13] Um estudo conduzido pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) a partir do ano de 1995 indicou que, à época, apenas 23 dos 179 países do mundo não possuíam um Ministério da Defesa.

recentes decisões governamentais sobre o comando do MD e do GSI aqui discutidas configuram-se mais como fatores de dúvida do que de certezas.

Por um lado, resta claro que acontecimentos como a criação do MD e a aprovação dos documentos normativos da política de defesa promoveram impactos positivos nas RCM e no fortalecimento do controle civil. Contudo, são cada vez mais evidentes os entraves a esse processo. As decisões de recriar o GSI sob comando de Echegoyen e de nomear Silva e Luna para o MD ocorreram em meio a um indiscutível aumento no protagonismo das Forças Armadas na sociedade desde a redemocratização. As evidências desse protagonismo são especialmente fortes nos domínios da segurança pública e da política.

Na segurança pública, merece atenção o crescente emprego das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) nas últimas décadas^[14]. Entre as missões mais frequentes estão a segurança de processos eleitorais e de grandes eventos, a substituição das forças policiais em paralisações e greves e o combate a grupos criminosos organizados ligados ao tráfico de drogas, em especial no Rio de Janeiro – estado que atualmente encontra-se sob intervenção federal das Forças Armadas em sua segurança pública. Há que se pontuar, no entanto, que o protagonismo das Forças

Armadas nessas situações tem se dado por requisição dos poderes civis constituídos, federais ou estaduais, e não por volição dos militares – que, inclusive, têm frequentemente se envolvido em operações dessa natureza à contragosto^[15]. O quadro, portanto, parece sugerir mais a incapacidade das autoridades civis em gerirem as crises oriundas dos crônicos problemas sociais brasileiros do que uma suposta investida castrense no domínio da segurança pública.

Na política, destacam-se as crescentes candidaturas de militares da reserva a cargos eletivos^[16]. Na corrida presidencial de 2018, figura entre os favoritos nas pesquisas um candidato com flagrante discurso militarista, cujo candidato à vice-presidência é um general da reserva. Contudo, a despeito do apelo aos militares e dos elogios ao regime de 1964, há controvérsias quanto ao respaldo que Jair Bolsonaro (PSL) possuiria na caserna, sobretudo entre o alto comando^[17]. Sabe-se que

[14] Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Ocasões em que as Forças Armadas foram empregadas em GLO, 2018. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2018/02/levantamento-operacoes-GLO.pdf>> Acesso em: 03/09/2018.

[15] EBC. Comandante do Exército critica uso das Forças Armadas para garantia da lei e da ordem. 22/06/2017. Disponível em: <<http://radioagencianacional.ebc.com.br/politica/audio/2017-06/comandante-do-exercito-critica-uso-das-forcas-armadas-para-garantia-da-lei-e>> Acesso em: 03/09/2018.

[16] EM.com.br. De fã de Bolsonaro a apoiador de esquerda: militares concorrem a governos pelo país. 13/08/2018. Disponível em: <<https://goo.gl/5DiSpw>> Acesso em: 03/09/2018.

[17] Folha de São Paulo. Plano de Bolsonaro encontra resistência nas Forças Armadas. 09/08/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2018/08/plano-de-bolsonaro-encontra-resistencia-nas-forcas-armadas.shtml>> Acesso em: 03/09/2018.

militares da ativa são, por força de lei, impedidos de sindicalizarem-se e de filiarem-se a partidos políticos. Posto isso, cabe ponderar se o aumento da participação política de militares da reserva indica um processo de “politização” da caserna ou tão somente ações isoladas, produtos de concepções ideológicas pessoais.

Há aspectos recentes e perspectivas futuras que deixam em aberto o que será da dinâmica do relacionamento entre civis e militares nos órgãos aqui discutidos nos próximos anos. Para o MD, há a proposta de criação de uma Carreira de Defesa Nacional, composta por 300 cargos de Analista de Defesa Nacional a serem lotados na pasta^[18]. A proposta de criação de uma carreira civil de Estado na área de defesa atende à determinação expressa da END, que identifica a inexistência dessa carreira como uma das vulnerabilidades da atual estrutura de defesa do país. Além disso, em 2017, por iniciativa do MD, foi criado o Conselho Acadêmico de Defesa^[19], foro que congrega representantes das Forças Armadas, da indústria de defesa e da academia, no intuito de discutir e assessorar o Ministro

[18] Ministério da Defesa. Defesa, Desenvolvimento e Sociedade, 2017. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/component/content/article/171-menu-superior/area-de-imprensa/artigos-e-entrevistas-do-ministro/29168-defesa-desenvolvimento-e-sociedade>> Acesso em: 03/09/2018.

[19] Ministério da Defesa. Ministro Jungmann preside primeira reunião do Conselho Acadêmico de Defesa. 19/12/2017. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/38031-ministro-jungmann-preside-primeira-reuniao-do-conselho-academico-de-defesa>> Acesso em: 03/09/2018.

em assuntos de interesse da defesa nacional.

No tocante à ABIN, após aproximadamente oito anos sem renovar seus quadros, a Agência recebeu autorização para a abertura de concurso público para provimento de vagas nos cargos de Oficial de Inteligência e Agente de Inteligência, os dois principais do órgão. O concurso encontra-se em andamento em 2018 e inovou em seu edital, incluindo reservas de vagas para candidatos oriundos de áreas do conhecimento como as Ciências Sociais e a Economia. Considerando o crescimento da comunidade acadêmica interessada nos estudos sobre segurança, defesa e inteligência, bem como o perfil republicano e democrático que a referida comunidade científica assume, a entrada dos novos servidores na Agência promete renovar e oxigenar seus quadros – ainda largamente povoados por militares oriundos das antigas fileiras do SNI.

Ao fim e ao cabo, não há como determinar com precisão o que as recentes mudanças no comando superior do MD e na vinculação institucional da ABIN representarão para o futuro do relacionamento cívico-militar nesses órgãos. Como em quaisquer processos históricos de transformação de antigas estruturas, os ventos da mudança dividem espaço com as forças de conservação de velhas práticas. Movimentações pela ampliação do controle civil coexistem com resquícios da autonomia militar. O que se pode concluir é que o debate acadêmico no campo das RCM encontra-se ainda em aberto, de modo que a pergunta colocada pelo poeta romano Juvenal – e que figura no título

do presente artigo – reveste-se de profunda atualidade no Brasil de hoje.

Setembro de 2018.

O NEAAPE reúne pesquisadoras e pesquisadores dedicados a compreender o processo decisório e os temas que integram as agendas de política externa por meio de estudos e análises sobre distintos países, seja de forma individual ou sob uma perspectiva comparada. O NEAAPE também produz textos, mapas, infográficos, tabelas e entrevistas que ilustram e problematizam este campo de pesquisa e reflexão. Criado em 2016, o Núcleo dá continuidade às pesquisas realizadas no âmbito da extinta Rede de Agendas e Atores de Política Externa que foi responsável, com apoio do CNPq, por avançar a reflexão sobre a política externa como uma política pública.



NEAAPE

Núcleo de Estudos
Atores e Agendas de Política Externa